

Congresso convoca sessão

7 JUN 1992

para desobstruir a pauta

O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), convocou para a próxima quarta-feira uma sessão para apreciar os 17 vetos presidenciais que ainda obstruem a pauta de votação. São vetos polêmicos, destacados pelas lideranças partidárias da votação através de cédula única feita há três semanas. O grande receio é que novamente não se consiga quorum necessário para deliberação, em função da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio-92. Benevides, entretanto, está otimista e acredita que muitos parlamentares retornarão a Brasília para assistir ao esperado depoimento do empresário Paulo César Farias, terça-feira na CPI.

Entre os vetos polêmicos está o parcial ao projeto que reescalou as dívidas dos estados com a União. O presidente Fernando Collor vetou os dois artigos que garantiam vantagens aos estados "bons pagadores", como o Ceará e o Paraná. Também será apreciado o voto ao artigo que dava um prazo de dois anos de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos usineiros de cana-de-açúcar. O projeto da Câmara acabou com a taxa de equa-

lização do açúcar e em troca disto isentou, por tempo determinado, os usineiros do pagamento de IPI.

Licença-Gestante — Com o voto do presidente Fernando Collor ao artigo que deva dois anos de isenção aos usineiros, este benefício poderá se estender até que se faça nova lei. Este é um dos vetos que a bancada petista está se mobilizando para derrubar. Entre os destaques, o PT também pretende derrubar três vetos ao projeto que dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de informática. O voto que revoga o Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin), na opinião dos petistas, tira qualquer controle ou acompanhamento governamental à lei de informática.

— Também deverá haver bastante esforço dos partidos de oposição para derrubar o voto ao projeto que dispõe sobre Planos de Benefício da Previdência Social. O presidente Collor vetou o artigo que garantia a licença-gestante às trabalhadoras rurais. Ainda sobre a questão agrária, o voto parcial — no projeto que traçou as diretrizes orçamentárias — que extinguiu o crédito para empréstimo à implantação da reforma agrária deve ser bastante

discutido. Com a queda do voto, o Governo poderá, nas operações oficiais de financiamento, utilizar o crédito para fins de reforma agrária.

Cédula única — Ao anunciar na sessão do Senado da última quinta-feira, a decisão de votar os 17 vetos novamente em cédula única, o presidente Mauro Benevides conseguiu abrir uma polêmica em torno do novo instrumento. O senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA) salientou as dificuldades de obstrução de vetos apreciados de uma só vez. "Isto foi interessante para vetos que já não tinham mais sentido, como os 52 apreciados na última sessão", argumentou.

O presidente Benevides garantiu, no entanto, que se houver qualquer reclamação pela utilização da cédula única, os vetos serão apreciados individualmente e pelo processo eletrônico de votação. "A nova sistemática será utilizada apenas conjunturalmente e quando se acumularem os vetos", afirma. Para Benevides, o novo método garantiu o sigilo do voto, exigência constitucional, e permitiu a desobstrução da pauta, com a apreciação e manutenção de 52 vetos.